

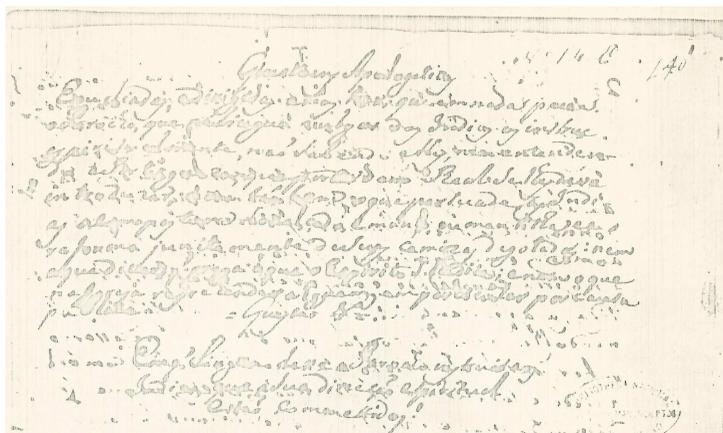
## UMA INTRODUÇÃO ÀS QUESTÕES APOLOGÉTICAS DO PE MANUEL DA PENHA DO ROSÁRIO

*José Pereira da Silva* (UERJ)  
[pereira@filologia.org.br](mailto:pereira@filologia.org.br)

### RESUMO

No ano em que se implementa, pela primeira vez, um Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre os países da lusofonia, estamos preparando a quinta edição das *Questões Apologeticas...*, que foram redigidas como defesa do seu autor perante as autoridades civis e religiosas da acusação de que ele ensinava a doutrina cristã aos índios na própria língua deles, considerando-se que eles não sabiam a língua portuguesa. Essa defesa discute profundamente os parágrafos do *Diretório dos Índios...* que tratam da proibição do uso da língua geral e das demais línguas indígenas, estabelecendo o uso obrigatório da língua portuguesa e a criação de escolas nas aldeias e vilas. As edições anteriores desse documento correspondem à nossa dissertação de mestrado (1987), à edição do IHGB (1987), à edição da FBN (1994) e à edição da Eduerj (1995). A edição que estamos preparando agora é mais completa e atualizada que as anteriores, incluindo uma versão interpretativa e uma versão fac-similada.

**Palavras-chave:** Questões apologeticas. Índios. Política linguística.  
Língua portuguesa. Marquês de Pombal



Fac-símile da primeira página das *Questões Apologeticas*

### 1. Definição e objetivos

Nossa dissertação de mestrado (SILVA, 1987), apresentada na

Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, consistiu na edição interpretativa das *Questões Apoloéticas*, códice 7,1,19 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, apresentada posteriormente de forma resumida, em outras três edições diferentes. Na época da defesa, o conceito de edição crítica era mais amplo que o atual, porque se considerava também como tal a edição de um *codex unicus*.

É o caso desse texto, que consiste na edição de um *codex unicus* e original, até então absolutamente inédito. Em 1987, após a apresentação da dissertação de mestrado, publicamos sua introdução crítica e sua leitura diplomática, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 148, nº 355, p. 164-177 e 230-281, respectivamente. Em 1994, o Departamento Nacional do Livro publicou uma versão atualizada do mesmo texto, nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 113 (1993), p. 7-62, do mesmo modo que saiu na edição da Eduerj, em 1995, que é a primeira em livro.

Foi apresentado, ali, o texto atualizado em sua grafia, com pequenas alterações na pontuação (apenas nos casos em que isto dificultava a compreensão na versão original) e raras notas editoriais. Aos interessados em maiores detalhes, indicamos nossa dissertação de mestrado, cuja reprodução poderá ser conseguida no Banco de Teses da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A grande importância desse documento para a história da língua portuguesa e para a história política e religiosa da Amazônia é inconteste, principalmente no que diz respeito ao aspecto moral da imposição da língua portuguesa aos índios através da catequese, que os representantes do marquês de Pombal queriam que fosse feita em português, mesmo para os índios que não entendiam nosso idioma.

O historiador Eduardo Gusmão de Quadros (2007), da Universidade Estadual de Goiás, faz um interessante estudo da importância dessas “questões” apresentadas e defendidas pelo mercedário Manuel da Penha do Rosário, analisando e comentando a edição que publicamos nos *Anais da Biblioteca Nacional* em 1993, utilizando nosso artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1987.

Anteriormente a este texto, o padre havia escrito uma versão mais extensa e em latim, que lhe serviu de defesa perante o Tribunal da Inquisição, diante do qual fora acusado e incriminado por ensinar a doutrina cristã aos índios em sua língua vulgar. Daquela versão resultaram as *Questões Apoloéticas*, o mais volumoso e consistente documento sobre

a imposição da língua portuguesa aos indígenas brasileiros, preparado para divulgá-las "para glória de Deus, serviço real e bem temporal, espiritual e eterno dos índios".

Esse documento foi produzido no auge da fase pombalina de nossa história política, colocando em questão figuras proeminentes como os governadores Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Fernando da Costa de Ataíde e Teive, o bispo D. Fr. Miguel de Bulhões, o inquisidor Dr. Geraldo José de Abranches e o visitador e vigário geral, Pe. Dr. José Monteiro de Noronha, fiéis seguidores do partido do Marquês. Mesmo afrontando os poderes constituídos, esta defesa foi suficiente não só para inocentar o seu autor, mas ainda para granjear-lhe o prêmio de uma paróquia de índios, onde poderia colocar em prática suas ideias, além de elogios ao conteúdo de sua obra por parte de seus superiores e inquisidores.

As dezenove questões, destinadas a defender, elogiar ou louvar as ideias polêmicas do missionário e pároco mercedário são respondidas, elucidadas e esclarecidas com argumentos e fundamentos muito bem articulados, 65% dos quais relativos à proibição que se pretendia fazer aos párocos de ensinarem aos índios em sua própria língua.

## **2. O autor**

O manuscrito de que dispomos não traz o nome do autor nem marca alguma que o identifique. No entanto, esperamos ter provado em nossa dissertação de mestrado e no artigo "A imposição da língua portuguesa aos índios e as *Questões Apologeticas* do Pe. Manuel da Penha do Rosário" (SILVA, 1987, p. 164-177) que se trata desse religioso sacerdote, da Ordem de Nossa Senhora das Mercês.

Como faltam as 139 primeiras folhas do antigo volume, de que este códice foi destacado, acreditamos que tais folhas constituíssem o texto latino, perdido juntamente com a folha de rosto e todas as informações que deveria trazer quanto à autoria, datação etc.

Uma referência à Igreja das Mercês, de Belém, determinada com o possessivo "nossa" foi a primeira pista que nos levou ao autor. Sabendo que a dita igreja pertencia aos mercedários, passamos a investigar as biografias de todos os padres dessa ordem que pudessem ter vivido naquela região na segunda metade do século XVIII. Assim, através do livro *Mercedarios Ilustres*, do Frei Guillermo Vásquez Núñez, publicado em Madrid no ano de 1966, encontramos o que buscávamos na biografia intitulada

da "El Venerable Padre Manuel de la Peña, falecido por volta de 1790".

O confronto da referida biografia com o texto do manuscrito traz evidências inquestionáveis de que o biografado é o autor procurado. Para mostrar que esse confronto é suficiente, transcrevemos alguns parágrafos esclarecedores nos trabalhos mencionados, dispensando-nos de fazê-lo aqui novamente para não sermos repetitivo.

Começando os seus dez anos de paroquiado em 1767, depois de outros dez de trabalhos missionários, teve uma vida exemplar como religioso, ocupando também alguns cargos administrativos nos conventos e hospícios da Ordem no Estado do Grão-Pará.

Acredita-se que o autor "não deu à luz estas obras, embora se persuada que teriam rápida aceitação, porque não pretendia ser lembrado mas esquecido pelo mundo", conforme lembra seu biógrafo Vásquez Núñez, p. 623. Aliás, o próprio autor das *Questões Apologéticas* transcreve as seguintes palavras de seu inquisidor, prova do que se acaba de dizer: "Elas contêm matérias de suma importância e de admirável disciplina eclesiástica, e toda bem fundamentalmente estabelecida, sendo dignas de irem às mãos de todos, para com elas ficarem instruídos". (Cf. § 73).

### 3. A datação

O original latino do qual este documento corresponde a uma versão resumida já estava concluído no segundo semestre de 1770, quando foi apresentado ao Sr. Inquisidor e Vigário Capitular de Belém como peça de defesa do autor contra as acusações que lhe foram feitas. (Cf. §§ 27 e 73 das *Questões Apologéticas*).

À imitação de Solórzano, o autor produziu uma outra obra, mais reduzida e menos erudita, na língua oficial de seu povo (cf. § 72), de modo que a versão portuguesa não é uma tradução do texto produzido em latim. Esta segunda e importante obra do Pe. Penha é de 1773, ou, se quisermos um maior rigor de datação, posterior a novembro de 1772 e anterior ao segundo semestre de 1774.

Como seria improvável que um pároco de índios pudesse produzir uma obra de tamanha responsabilidade moral em apenas um mês de dezembro (quando se sobrecarregam os párocos de compromissos de seu ofício) e como há números suficientes para datarmos o texto em 1773,

excluímos o rigor de colocar o documento entre dois limites cronológicos que podem ser provados.

Basta cotejarmos alguns parágrafos do texto, como o § 14, onde se diz: "pois seis anos há que assim o tenho percebido a cada passo, com a própria experiência". Ou seja, o autor declara que há seis anos que está trabalhando como pároco de índios, engajado na tarefa de cristianizá-los e aprendendo tudo aquilo que declarara nas linhas anteriores, não por informação de terceiros, mas com a própria experiência. Seis anos, portanto, a partir de 1767.

Nos §§ 64 e 72, podemos ver que o Venerável Mercedário escreveu esta apologia depois do governo de Fernando da Costa de Ataíde e Teive e do governo diocesano do Vigário Capitular Geraldo José de Abranches, ou seja, depois de novembro de 1772, quando foram substituídos.

No § 71, o autor transcreve uma carta do governador Fernando da Costa de Ataíde e Teive, datada de 18 de janeiro de 1767. Numa observação feita a essa carta, notifica que o réu, Eugênio Álvares da Câmara, "não foi absolvido até agora, há sete anos". As "desordens" referidas pelo governador devem ter ocorrido no final de 1766, pois 18 dias seria um prazo muito curto para que ele pudesse tomar conhecimento detalhado dos fatos, tomando uma decisão que prejudicaria a todos os vigários de seu Estado. Por isso concluímos que o manuscrito é de 1773. É apenas uma questão de cálculo: 1766 (quando ocorreu a "desordem") + 7 (anos passados até o momento em que o autor escrevia) = 1773.

Como o pároco-autor, ao chegar à não identificada vila, encontra a referida carta-circular de 18 de janeiro de 1767, declarando que "seis anos há que assim tenho percebido a cada passo com a própria experiência" (§ 14), fica evidente que não estão incluídos aqui os seus 10 anos de missões. Ora, se ele iniciou aquele seu paroquiado em 1767 e já conta com seis anos de experiência, é só refazeremos o cálculo: 1767 + 6 = 1773.

#### **4. A metodologia**

Tomada a decisão de editar o referido códice, fizemos a primeira leitura e transcrição através de um rolo de microfílmis cedido pelo Prof. Dr. José Ariel Castro, que foi nosso orientador em relação à dissertação de mestrado defendida em 1987. Numa segunda fase, conferimos nossa

transcrição diretamente com o manuscrito da Biblioteca Nacional, fazendo a revisão e estabelecendo uma leitura diplomática do texto. Foi essa leitura que publicamos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* ainda em 1987. Baseado nela é que trabalhamos a nossa dissertação de mestrado, com uma leitura diplomático-interpretativa, segundo a nomenclatura de Segismundo Spina. (Cf. SPINA, 1977, p. 79).

No texto que apresentamos na edição de 1995, utilizamos as seguintes normas editoriais de transcrição:

- a) Remete-se às notas do autor, colocadas no rodapé, por meio de um algarismo arábico na sobrelinha;
- b) Remete-se às notas do editor, também colocadas no rodapé, por meio de letras minúsculas na sobrelinha seguidas de parênteses;
- c) A mudança de página no manuscrito é indicada em negrito e entre barras inclinadas;
- d) Os acréscimos conjecturais do editor são inseridos entre colchetes quadrados;
- e) Os fragmentos riscados, no manuscrito, foram omitidos, assim como algumas palavras repetidas e outros erros evidentes;
- f) A grafia foi atualizada, assim como a pontuação.

##### **5. Considerações finais, tendo em vista a edição em andamento**

Aproveitando os progressos conseguidos nas edições anteriores desse importante documento, a nova edição trará uma leitura interpretativa seguida de fac-símile, de modo que boa parte das notas incluídas na dissertação de mestrado, por exemplo, possam ser eliminadas, visto que o pesquisador interessado em maiores detalhes do texto original poderá consultar a versão mecânica e tirar suas conclusões, auxiliado por nossa leitura.

Esperamos que esta edição tornará o documento mais útil, servindo, ao mesmo tempo, aos que se interessam simplesmente pelas informações explícitas do texto, lendo a versão interpretativa, e aos linguistas, filólogos e similares, que poderão examinar o manuscrito com a ajuda da leitura interpretativa empreendida por nós.

Encartado no texto impresso, será incluída uma mídia com o texto

acompanhado de diversos links importantes para quem desejar aprofundar mais os diversos temas que o texto sugere.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*DIRECTORIO* que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Na Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentissimo Senhor Cardinal Patriarca, MDCCLVIII.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. As “questões” do Frei Manuel do Rosário: um confronto da Amazônia pombalina. *Caminhos*, Goiânia, vol. 5, n. 2, p. 417-431, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistas.ucg.br/index.php/caminhos/article/download/423/350>>.

ROSÁRIO, Manuel da Penha do, Pe. *Língua e inquisição no Brasil de Pombal (1773)*. Introdução e notas do Prof. José Pereira da Silva. [Rio de Janeiro]: Eduerj, [1995].

SILVA, José Pereira da. *Questões apologeticas*: edição crítica. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.

\_\_\_\_\_. A imposição da língua portuguesa aos índios e as *Questões Apologeticas* do Pe. Manuel da Penha do Rosário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 148, n. 355, p. 164-177, 1987.

\_\_\_\_\_. *Questões apologeticas*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol. 148, n. 355, p. 230-281, 1987.

\_\_\_\_\_. Língua vulgar versus língua portuguesa: a defesa do Pe. Manuel da Penha do Rosário contra a imposição da língua portuguesa aos índios por meio de missionários e párocos (1773). *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: DNL/FBN, vol. 113 (1993), p. 7-62, 1994.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. São Paulo: Cultrix/ Universidade de São Paulo [1977].

VÁSQUEZ NÚÑEZ, Guillermo. *Mercedarios ilustres*. Madrid: Revista Estudios, 1966.